



AVISO n.º POCH-66-2017-17

Concurso para apresentação de candidaturas

Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)

Revisto em 2018-01-19: Anexo 1

Programa Operacional Capital Humano		
Eixo Prioritário	1	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10.i.	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação
Objetivo específico	1.1.1	Aumentar o sucesso escolar e reduzir o abandono, melhorando a qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação e das condições de aprendizagem ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário
Indicadores de Realização	▪ Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2: 44 650 (conforme programação do POCH, aprovada pela Comissão Europeia e pelo Estado Português – valor alvo em 2023)	
Indicadores de Resultado	▪ Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2: 80% (conforme programação do POCH, aprovada pela Comissão Europeia e pelo Estado Português - valor alvo em 2023) ▪ Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte: 95%	
Tipologia de Intervenção	66	Redução do abandono escolar
Tipologia de Operação	1.3	Cursos de Educação e Formação (CEF)
Fundo	Fundo Social Europeu	
Período de Candidaturas	Data de abertura	3.º dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	30 dias seguidos após a data de abertura até às 18H00

Cofinanciado por:





ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	2
2. TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS	2
3. BENEFICIÁRIOS	3
4. DESTINATÁRIOS	3
5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO	3
6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR.....	3
7. ÂMBITO GEOGRÁFICO	4
8. FORMA DE APOIO.....	4
9. REGRAS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DAS DESPESAS A COFINANCIAR	5
10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR.....	8
11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS	8
12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	8
13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	9
14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL	10
15. REGIME DE FINANCIAMENTO.....	11
16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR.....	13
17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO	15
18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES.....	15
19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	15
20. PONTO DE CONTACTO	15
21. OUTRAS DISPOSIÇÕES	16
ANEXO I – Tabela de custos unitários	17
ANEXO II – Deliberação CIC	22
ANEXO IV - Grelhas de Análise dos Critérios de Seleção	31
ANEXO V - Prazos e procedimentos de análise e decisão de Candidaturas	34

Cofinanciado por:





1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder, nos termos do presente concurso ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, conjugados com o artigo 5.º do Regulamento Específico do Capital Humano (RE CH), publicado pela Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2016, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, que a republica, e Portaria n.º 311/2016, de 12 de dezembro.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 1 – Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade – do PO CH, incidindo o presente aviso nos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), iniciados no ano letivo de 2017/2018, para financiamento do ciclo formativo. Os CEF foram aprovados pelo Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, retificado pela Retificação n.º 1673/2004, de 7 de setembro e alterado pelo Despacho n.º 12568/2010, de 4 de agosto e pelo Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho, estando destinados preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já a abandonaram, antes da conclusão da escolaridade obrigatória.

Com esta modalidade pretende-se assegurar a inclusão de todos no percurso escolar. São objetivos desta ação: criar condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória, impulsionando medidas que promovam a qualidade do ensino, o sucesso escolar e a redução do abandono escolar; criar ofertas mais adaptadas aos jovens que procuram um ensino mais prático, mais técnico e mais ligado às empresas, sem prejuízo da sua sólida formação geral.

As ações a financiar permitem promover um ensino metodologicamente direcionado para uma abordagem prática, assegurando a continuidade dos estudos e proporcionando o desenvolvimento de capacidades de âmbito profissional aos alunos.

2. TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operações prevista na alínea b) n.º 1 do artigo 14.º do RE CH, e enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.i, constante do Programa Operacional Capital Humano, aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (2014) 9788, de 12 de dezembro de 2014, abrangendo os Cursos de Educação e Formação de Jovens conferentes de nível 2 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), nas Tipologias dos percursos de tipo 2 e tipo 3, nos termos previstos n.º 3 do referido artigo 14.º e de acordo com o regime jurídico que instituí estes cursos, em particular nos anexos I e II do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, na sua atual redação.

Cofinanciado por:





3. BENEFICIÁRIOS

Constituem-se como beneficiários desta Tipologia de Operação no âmbito do presente Aviso, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do RE CH, as escolas profissionais públicas, as entidades proprietárias de escolas profissionais privadas e as entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, desde que o respetivo funcionamento esteja previamente autorizado pelo Ministério da Educação.

4. DESTINATÁRIOS

São destinatários do presente AAC, nos termos previstos na alínea b) e c) do n.º 1 do artigo 2.º do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, na sua atual redação, e do estabelecido na programação do PO CH:

- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos e que completaram o 6.º ano de escolaridade ou frequentaram, com ou sem aproveitamento, o 7.º ano de escolaridade, ou ainda àqueles que frequentaram, sem aproveitamento, o 8.º ano de escolaridade para os Cursos de tipo 2;
- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos com o 8.º ano de escolaridade ou frequência, sem aprovação, do 9.º ano, para os Cursos de tipo 3.

Nos termos ainda do n.º 2 do artigo 1.º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, na sua atual redação, quando as situações o aconselhem, designadamente quando os jovens tenham já pelo menos uma repetência, poderá ser autorizado, pelos serviços competentes do Ministério da Educação, a frequência de jovens com menos de 15 anos.

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso, é de **16.000.000 €** (dezassex milhões de euros).

5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento é de **85%** de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, constituindo os restantes 15% a contrapartida pública nacional, nos termos estabelecidos no artigo 3.º do RECH.

6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

No âmbito do presente aviso cada entidade apenas poderá apresentar uma candidatura por região.

Cofinanciado por:





7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

- 7.1. São elegíveis as operações que decorram nas regiões menos desenvolvidas, isto é, no Norte, Centro e Alentejo.
- 7.2. Para efeitos de aplicação do número anterior, a elegibilidade é determinada pelo local de realização da formação, nos termos do n.º 5 do artigo 13.º do RECH.

8. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através das modalidades de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos e de tabela normalizada de custos unitários, nos termos previstos, respetivamente, nas alíneas a) e c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, consoante a tipologia de beneficiários.

8.1. Modalidade de tabela normalizada de custos unitários (custos simplificados)

É aplicada a tabela de custos unitários aprovada, conforme Anexo I ao presente aviso, tal como resulta da Deliberação n.º 2-E/2017, de 2 de maio, da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, a qual consta do Anexo II e de acordo com as regras de financiamento especificamente estabelecidas para o efeito e constantes dos pontos 9.2.1 e 9.2.2.

Neste enquadramento, e ao abrigo n.º 2 do artigo 16.º do RECH, é aplicável a modalidade de custos unitários às candidaturas tituladas pelas seguintes entidades beneficiárias:

- Entidades proprietárias de escolas profissionais privadas, nelas se incluindo as empresas locais proprietárias de escolas profissionais de regime privado;
- Entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Esta modalidade de custos unitários é referente aos custos operacionais de funcionamento dos cursos apoiados, sendo que em matéria de apoios diretos a formandos integra também uma componente em regime de reembolso de custos efetivamente incorridos, observando, neste último caso, as regras e limites de elegibilidade fixados no artigo 13.º da Portaria 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, 4 de maio e n.º 129/2017, de 5 de abril.

No caso de vir a ser adotada uma nova metodologia de custos simplificados ou revista a atualmente em vigor, em conformidade com os termos previstos no n.º 2 do artigo 16.º do RECH, a mesma poderá vir a ser aplicada independentemente da data de submissão das



operações, desde que seja notificado ao beneficiário o sentido do novo regime antes da aprovação da candidatura e desde que previsto na própria metodologia de custeio.

8.2. Modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos (custos reais)

Relativamente às demais entidades beneficiárias, não indicadas no ponto 8.1, aplica-se a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. Neste contexto, os montantes elegíveis obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

8.3. Modalidade de montante fixo

Relativamente às entidades não abrangidas no ponto 8.1 e tendo em conta o estipulado no n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, as operações de reduzida dimensão, cujo financiamento público não exceda 50.000,00€, são obrigatoriamente apoiadas em regime de custos simplificados, na modalidade de montante fixo, com recurso a um orçamento prévio, dispensando a apresentação de documentos comprovativos de despesa.

Os custos elegíveis no âmbito das operações de reduzida dimensão são calculados com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão do POC, para este efeito, o montante total inscrito resultante do somatório das rubricas de despesa, para o conjunto de ações propostas a financiamento, sendo o financiamento da operação dependente da concretização dos objetivos contratualizados.

9. REGRAS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

9.1. Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário tem que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como no disposto na alínea I) do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na redação conferida pela Portaria n.º 242/2015, de 13 de agosto.

9.2. Regras de elegibilidade na modalidade de tabela normalizada de custos unitários

9.2.1 No âmbito das operações a apoiar através da modalidade de custos unitários, são elegíveis os montantes máximos das tabelas, constantes do Anexo I do presente aviso e de acordo com as seguintes regras de elegibilidade:

Cofinanciado por:



- i) O número de alunos por turma é fixado num mínimo de 15 e um máximo de 25 alunos, nos termos estabelecidos na alínea h) do n.º 2 do artigo 7.º do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 29 de junho, na redação conferida pelo Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho, podendo ser elegíveis excecionalmente e, desde que devidamente autorizadas pelo membro do governo competente, nos termos da norma legal citada, turmas abaixo dos mínimos estabelecidos, sendo, no entanto, aplicada a devida correção financeira nos termos do estabelecido na alínea ii) do ponto 9.2.2;
- ii) Nas turmas que, em sede de execução, registem um número inferior a 8 alunos há lugar à redução total do financiamento atribuído, devendo estes alunos passar a ser integrados numa única turma nas disciplinas e componentes comuns da sua formação;
- iii) São elegíveis as turmas que resultem da agregação de turmas de reduzida dimensão, havendo apenas lugar ao financiamento de uma única turma, e que partilhem a componente sociocultural e/ou científica, separando-se na componente tecnológica, desde que devidamente autorizada pelos competentes serviços, observando para o efeito o disposto no artigo 7º, número 2 alíneas i) e j) do regulamento anexo ao Despacho conjunto n.º 453/2004, de 29 de junho, na sua atual redação;
- iv) Para efeitos de aplicação do presente aviso são considerados os alunos a frequentar a formação, aqueles que integrem as listas nominais constantes do Sistema de Informação, devendo ser identificadas e registadas as situações de formandos desistentes;
- v) Para determinação da redução do financiamento, consideram-se alunos desistentes, tendo presente o definido no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei nº 51/2012, de 5 de setembro):
 - Formando que não conclui a frequência do ano letivo, conduzindo à devida formalização da anulação da matrícula durante o ano;
 - Formando que registou faltas injustificadas em nível superior ao legalmente estatuído, conduzindo a situações de retenção, devendo ser considerado como aluno desistente no ano letivo em análise;
 - Formando que é transferido para outro estabelecimento de ensino por opção do respetivo encarregado de educação ou do próprio, conforme a idade do aluno.
- vi) Os alunos que vierem a renovar a matrícula em módulos de disciplinas não concluídas ou na formação em contexto de trabalho podem frequentar uma turma ou curso subsidiado, não sendo os mesmos considerados para efeitos de financiamento, pelo que não devem integrar as listas nominais a que respeita o ponto iv);

- vii) O disposto no ponto anterior não se aplica sempre que a renovação da matrícula se fique a dever a facto não imputável ao aluno, designadamente por doença prolongada, caso em que o aluno deve ser integrado em turma subsidiada, passando a constar da lista nominal correspondente;
- viii) Os valores relativos a propinas, matrículas ou inscrições de alunos constituem receitas dos cursos financiados, a ser deduzidas ao subsídio anual concedido por turma e por curso constante da Tabela do Anexo I;
- ix) O valor do financiamento concedido pode ainda ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional;
- x) Na modalidade de custos unitários não é exigida apresentação de documentos contabilísticos comprovativos das despesas para efeitos do financiamento do subsídio anual, ficando no entanto as entidades beneficiárias adstritas à observância das regras de organização contabilística que lhe sejam aplicáveis nos termos gerais, nomeadamente no contexto da intervenção tutelada pelo Ministério Educação ou outra, bem as regras nacionais e comunitárias em matéria de contratação pública.
- xi) No que respeita aos apoios diretos a formandos aplicam-se as regras de elegibilidade e montantes máximos estabelecidos no artigo 13.º da Portaria n.º 60-A/2015, de março, na sua atual redação.

9.2.2 As ações elegíveis obedecem às regras de financiamento que se seguem:

- i) No caso de financiamento pela modalidade de custos unitários, o valor total do financiamento a aprovar resulta do valor anual por turma e por curso definido na tabela em Anexo I, acrescido do valor referente ao apuramento de apoios diretos aos formandos, no regime de custos efetivamente incorridos e pagos, com base nos valores máximos elegíveis definidos no artigo 13.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação;
- ii) A redução do valor do subsídio por turma corresponde a 5% por cada aluno quando as ofertas de formação autorizadas registem um número de alunos inferior a 15 alunos. A referida redução ao financiamento incide sobre a totalidade do valor anual por turma e por curso e é aplicada quer em sede de análise da candidatura, quer em sede de execução, efetuando-se, neste último caso, no âmbito dos reembolsos subsequentes, sem prejuízo de acerto de contas em sede de saldo relativamente aos pagamentos anteriormente efetuados.
- iii) As turmas que resultarem da agregação de turmas de reduzida dimensão, nos termos descritos no ponto iii) do Ponto 9.2.1, serão objeto de apoio através da aplicação do escalão de financiamento correspondente ao curso



cuja componente técnica regista maior número de alunos ou, em caso de distribuição igual, ao do escalão mais baixo aplicável às turmas agregadas.

- iv) Sempre que numa escola funcionem vários cursos da mesma tipologia e o número total de alunos não seja superior a 25, os alunos devem ser concentrados numa única turma nas disciplinas e componentes comuns da sua formação, nos termos previstos da alínea k) do n.º 2 do artigo 7.º do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, na sua atual redação.
- v) Durante a execução, a redução ao financiamento é apurada em cada reembolso a partir do número de alunos em formação, declarado e comprovado através das respetivas listagens de alunos e volume de formação, sendo efetuado o recálculo do valor elegível para o ano letivo completo em sede de saldo.

9.3. Regras de elegibilidade na modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos (custos reais)

No âmbito das operações a apoiar através da modalidade de custos efetivamente incorridos, são aplicadas as regras e valores estabelecidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, designadamente nos artigos 12.º a 17.º.

10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso devem ter a duração máxima prevista para a conclusão dos cursos de educação e formação de jovens, nos termos definidos na legislação nacional aplicável, sendo a **data limite o dia 31 de agosto de 2019**.

11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o 3.º dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 18H00 do trigésimo dia após a data de abertura.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no RE CH, ambos os diplomas na sua atual redação e nos termos definidos no presente aviso.

Cofinanciado por:





As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

Recomenda-se que a entidade candidata evite a submissão tardia das candidaturas, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

Havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto e relativo, tendo em conta a dotação indicativa prevista no número 5 do presente aviso.

O **mérito da operação** é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, que deve igualmente ser traduzível numa escala qualitativa de forma a sintetizar o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio ($\geq 50\%$ a <70%);
- Bom ($\geq 70\%$ a <90%);
- Elevado ($\geq 90\%$).

Neste âmbito, é estabelecido que as operações que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento, bem como as operações acima dessa pontuação para as quais não haja dotação orçamental nos termos do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata, são ponderadas para efeitos de desempate entre candidaturas, quando aplicável, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O **processo de decisão** das candidaturas integra três fases:

Cofinanciado por:





- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no Programa;
- ii) **Avaliação do mérito** da operação, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POC e consubstanciados nas respetivas grelhas de análise, constantes dos **anexos III e IV** respetivamente, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 7.º do RECH;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do POC no prazo de 60 dias úteis a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, sem prejuízo das situações de suspensão de prazo legalmente previstas e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no esquema constante do **anexo V**.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, conforme aplicável, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”, na linha designada “documentos para a memória descritiva”:

- Lista dos contratos afetos à operação, com discriminação das datas de realização, natureza dos bens/serviços e montantes contratualizados, atendendo ao enquadramento da entidade beneficiária enquanto entidade adjudicante, nos termos do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de validação de todos os que se verifiquem acima dos limiares comunitários (135.000€ nas aquisições de bens e serviços, se for o Estado; 209.000€ nas aquisições de bens e serviços, se for alguma das outras entidades adjudicantes);

Cofinanciado por:





- Demonstrações financeiras do ano anterior, caso a entidade declare não estar abrangida pela legislação nacional referente à contratação pública, nos termos estabelecidos no Código dos Contratos Públicos;
- Memória Descritiva dos custos solicitados, por rubrica, sempre que necessária;
- Documentos comprovativos, para efeitos de desempate de candidaturas, das situações referidas no ponto 13 do presente Aviso, quando aplicável;
- Outros documentos que a entidade considere relevantes para a análise técnica e financeira da candidatura.

15. REGIME DE FINANCIAMENTO

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumprem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação de situação regularizada em matéria de restituições no âmbito dos financiamentos do Fundo Social Europeu (FSE);
- d) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mínima trimestral, devendo os beneficiários submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos, incluindo a listagem nominal de alunos que se encontram a frequentar cada turma do curso apoiado.

No modelo de custos unitários os pagamentos dos reembolsos são efetuados em função do volume de formação à data de referência do reembolso em causa, proporcionalmente ao valor do subsídio por turma e por curso.

A **decisão dos pedidos de reembolso** é emitida no prazo de 30 dias úteis a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

Cofinanciado por:





O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

Os **pedidos de alteração** à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação. A entidade beneficiária fica obrigada a apresentar um pedido de alteração ao projeto aprovado pela autoridade de gestão, introduzindo as necessárias correções aos dados físicos e financeiros da candidatura, em conformidade com as orientações dos serviços competentes do Ministério da Educação, nos casos em que se verifique a necessidade de juntar ou dividir de turmas, incluindo a eventual transferência de alunos para outro projeto aprovado no mesmo território, de forma a garantir a racionalidade económica e ou qualidade técnico-pedagógica dos cursos, nomeadamente nos anos letivos de continuidade.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos nºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nas candidaturas plurianuais, a não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação necessária à elaboração do relatório anual de execução do PO, designadamente a informação sobre a execução física e financeira da operação, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como a manter sempre devidamente atualizada a mesma informação requerida para esse efeito à medida que vão entrando e saindo participantes das ações apoiadas no quadro da operação.

O **pedido de pagamento de saldo final** deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da candidatura.

A **decisão do pedido de pagamento de saldo** é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em



saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

Nas **operações de reduzida dimensão**, a entidade beneficiária tem direito a um único adiantamento, no valor de 15% do montante total do financiamento público. Assim, no desenvolvimento desta modalidade, não há lugar à apresentação dos pedidos de reembolso durante a execução da operação, dado que os pagamentos apenas podem ser efetuados em função da verificação do cumprimento integral dos resultados contratualizados, após a conclusão física da operação.

Nas operações de reduzida dimensão a subvenção apenas é paga, em sede de análise do pedido de saldo final, se concluir que as metas contratualizadas em candidatura para os indicadores de realização e de resultado, foram cumpridas nos termos previstos no número seguinte. Daqui resulta que no caso de incumprimento ou cumprimento parcial de uma das metas fixadas para os referidos indicadores, não será pago o montante da subvenção.

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

16.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 17.º do RECH, conjugado com o artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário deve apresentar na sua candidatura os indicadores de realização e de resultado (metas a atingir) a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

16.2. Os resultados mínimos a contratualizar com a Autoridade de Gestão, com referência aos indicadores definidos para o POCH, mencionados na folha de rosto do presente aviso (valores-alvo em 2023), são os descritos no quadro seguinte:

Cofinanciado por:



Tipo de Indicador	Indicador	UNIDADE DE MEDIDA	META
Realização	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2, na operação	N.º	(1)
Resultado	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2 ² , na operação	%	>=80,0
	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos seis meses seguintes à conclusão do curso, na operação ³		>= 50,0

- (1) Indicador a definir pelo beneficiário em sede de candidatura. Somatório dos alunos a abranger pela presente candidatura.
- (2) (N.º de jovens que terminaram o curso com sucesso no tempo previsto para a sua duração /N.º de jovens apoiados que iniciaram esse mesmo curso)*100.
- (3) Aplicável apenas aos que terminaram o curso com sucesso. O indicador é calculado da seguinte forma:
(N.º pessoas apoiadas que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes à conclusão com sucesso do respetivo curso /N.º de pessoas que terminaram o curso com sucesso)*100.

16.3. O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos quer de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, quer de constituição de uma eventual reserva de eficiência e desempenho, bem como no processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, com a devida adaptação, designadamente nos seguintes termos:

- Nas situações em que se verifique a superação dos resultados contratualizados, é constituída uma reserva de eficiência e desempenho equivalente a um ponto percentual do valor total elegível da operação por cada ponto percentual de superação, até ao limite de 10 %, para compensar eventuais desvios negativos em futuras operações ou para reforço de financiamento, dentro da dotação disponível;
- Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos resultados contratualizados, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível a pagar no saldo final, até um máximo de 10 %;
- A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando os resultados alcançados atinjam 85% dos resultados contratualizados, ou 75% quando se trate de operações que decorram em territórios de baixa densidade¹;
- Se o nível de execução for inferior a 50% face à média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade

¹ Os territórios de baixa densidade encontram-se delimitados na Deliberação n.º 23/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020, de 26 de março, alterada pela Deliberação n.º 55/2015, de 1 de julho, da mesma Comissão.



de gestão, com adequada fundamentação, nos termos do n.º 9, do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

- v) Os resultados contratados podem ser objeto de revisão pela autoridade de gestão, mediante pedido do beneficiário, nos termos do previsto no n.º 9, do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

Estas disposições não são aplicáveis a operações de reduzida dimensão.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POC, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 7.º do RECH.

18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente a menção “cofinanciado por” seguida dos logótipos do POC, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis para consulta e *download* no Sítio do POC, [aqui](#).

19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No Sítio do [Portugal 2020](#) ou do [POC](#) encontram-se disponíveis:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora e formulário de candidatura;
- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Os resultados do presente concurso.

20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Cofinanciado por:





Programa Operacional Capital Humano

Avenida João Crisóstomo nº 11 – 1000-177 Lisboa – Portugal,

Telefone (*Call center*): +351 215976790

Correio eletrónico: poch@poch.portugal2020.pt

21. OUTRAS DISPOSIÇÕES

Ao presente Aviso aplicam-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, nas Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 60-C/2015, ambas de 2 de março, e na sua atual redação, e nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho e de 17 de dezembro. Aplica-se ainda a regulamentação que enquadra a tipologia de operação em causa, nos termos do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, retificado pela Retificação n.º 1673/2004, de 7 de setembro, e alterado pelo Despacho n.º 12568/2010, de 4 de agosto e pelo Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho

Lisboa, 19 de janeiro de 2018

Programa Operacional Capital Humano

O Presidente da Comissão Diretiva

Joaquim Bernardo

Cofinanciado por:



ANEXO I – Tabela de custos unitários

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
213 — Audiovisuais e Produção dos Média	Operador/a Gráfico de Acabamentos	48.709,30	55.604,67
	Operador/a de Fotografia	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Impressão	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Pré-Impressão	47.720,34	54.573,52
215 — Artesanato	Florista	48.709,30	55.604,67
	Canteiro/a	48.709,30	55.604,67
	Oleiro/a	48.709,30	55.604,67
	Calceteiro/a	48.709,30	55.604,67
	Assistente de Ourivesaria	48.709,30	55.604,67
	Artífice de Ferro	48.709,30	55.604,67
	Artífice Tanoeiro	48.709,30	55.604,67
	Tecelão/Tecedeira	48.709,30	55.604,67
341 — Comércio	Operador/a de Distribuição	46.073,93	52.856,89
	Operador/a de Logística	46.073,93	52.856,89
346 — Secretariado e Trabalho Administrativo	Assistente Administrativo/a	46.073,93	52.856,89
481 — Ciências Informáticas	Operador/a de Informática	46.073,93	52.856,89
521 — Metalurgia e Metalomecânica	Desenhador/a de Construções Mecânicas	46.930,00	53.749,48
	Eletromecânico/a de Manutenção Industrial	46.930,00	53.749,48
	Serralheiro/a Civil	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Fundição Injetada	46.930,00	53.749,48
	Fresador/a Mecânico/a	46.930,00	53.749,48

Cofinanciado por:

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
	Operador/a de Máquinas Ferramenta	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Máquinas Ferramenta CNC	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Fundição	46.930,00	53.749,48
	Serralheiro/a Mecânico/a	46.930,00	53.749,48
	Serralheiro/a de Moldes, Cunhos e Cortantes	46.930,00	53.749,48
	Serralheiro/a Mecânico de Manutenção	46.930,00	53.749,48
	Soldador/a	46.930,00	53.749,48
522 — Eletricidade e Energia	Eletricista de Instalações	46.930,00	53.749,48
	Eletromecânico/a de Eletrodomésticos	46.930,00	53.749,48
	Eletromecânico/a de Refrigeração e Climatização-Sistemas Domésticos e Comerciais	46.930,00	53.749,48
	Eletricista de redes	46.930,00	53.749,48
523 — Eletrónica e Automação	Operador/a de Eletrónica/Industrial e Equipamentos	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Eletrónica/Telecomunicações	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Eletrónica/Instrumentação, Controlo e Telemanutenção	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Eletrónica/Domótica	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Eletrónica/Computadores	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações	46.930,00	53.749,48

Cofinanciado por:

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Instrumentação	46.930,00	53.749,48
	Técnico /a de Eletrónica Médica	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Mecatrónica	46.930,00	53.749,48
	Instalador/a e Reparador/a de Áudio, Rádio, TV e Vídeo	46.930,00	53.749,48
	Instalador/a e Reparador/a de Computadores	46.930,00	53.749,48
525 — Construção e Reparação de Veículos a Motor	Eletricista de Automóveis	46.930,00	53.749,48
	Mecânico/a de Automóveis Ligeiros	46.930,00	53.749,48
	Reparador/a de Motociclos	46.930,00	53.749,48
	Mecânico de Serviços Rápidos	46.930,00	53.749,48
	Mecânico/a de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias	46.930,00	53.749,48
	Pintor/a de Veículos	46.930,00	53.749,48
	Reparador/a de Carroçarias de Auto- móveis Ligeiros	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Construção e Reparação Naval	46.930,00	53.749,48
	Mecânico de Equipamentos de Movimentação de Terras	46.930,00	53.749,48
541 — Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a- Padeiro/a	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Transformação de Pescado	47.720,34	54.573,52
542 — Indústrias de Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureira/a Modista	47.720,34	54.573,52
	Costureiro/a Industrial de Malhas	47.720,34	54.573,52
	Costureiro/a Industrial de Tecidos	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Tricotagem	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Fiação	47.720,34	54.573,52

Cofinanciado por:

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
	Operador/a de Tecelagem	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Fabrico de Calçado	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Fabrico de Marroquinaria	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Tinturaria	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário	46.930,00	53.749,48
543 — Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)	Carpinteiro/a/Carpinteiro/a de Limpos	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Granulação e Aglomeração de Cortiça	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Máquinas de Segunda Transformação da Madeira	46.930,00	53.749,48
	Marceneiro/a	46.930,00	53.749,48
	Formista/Moldista	46.930,00	53.749,48
	Pintor/a/Decorador/a	46.930,00	53.749,48
	Preparador/a de Cortiça	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Transformação de Cortiça	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Máquinas de Produção de Artigos em Vidro	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Cerâmica	46.930,00	53.749,48
	Vidreiro/Vidreira	46.930,00	53.749,48
	Operador/a Mineiro	46.073,93	52.856,89
	Operador/a de Salinas Tradicionais	46.073,93	52.856,89
582 — Construção Civil e Engenharia Civil	Pedreiro/a	46.930,00	53.749,48
	Canalizador/a	46.930,00	53.749,48
	Condutor/a Manobrador/a de Equipamentos de Movimentação de Terras	46.073,93	52.856,89
	Operador/a de CAD – Construção Civil	46.930,00	53.749,48
	Ladrilhador/a Azulejador/a	46.930,00	53.749,48
	Pintor/a de Construção Civil	47.720,34	54.573,52
	Condutor/a /Manobrador/a de Equipamento de Elevação	46.073,93	52.856,89
621 — Produção Agrícola Animal	Operador/a de Máquinas Agrícolas	48.709,30	55.604,67

Cofinanciado por:

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
	Operador/a Agrícola	48.709,30	55.604,67
	Operador/a de Pecuária	48.709,30	55.604,67
	Tratador/a de Animais em Cativeiro	48.709,30	55.604,67
	Tratador/a/ Desbastador/a de Equinos	48.709,30	55.604,67
	Operador/a Apícola	48.709,30	55.604,67
	Operador/a de Jardinagem	46.073,93	52.856,89
622 — Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe (<i>Golf Keeper</i>)	46.073,93	52.856,89
623 — Silvicultura e Jardinagem	Operador/a Florestal	46.073,93	52.856,89
	Motosserrista	46.073,93	52.856,89
	Sapador/a Florestal	46.073,93	52.856,89
624 — Pescas	Operador/a Aquícola	46.073,93	52.856,89
729-Saúde-Programas não Classificados Noutra Área de Formação	Operador/a de Hidrobalneoterapia	47.720,34	54.573,52
761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	Acompanhante de Crianças	46.073,93	52.856,89
762-Trabalho Social e Orientação	Agente em Geriatria	46.073,93	52.856,89
	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	46.073,93	52.856,89
811 — Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Manutenção Hoteleira	46.073,93	52.856,89
	Empregado/a de Andares	46.073,93	52.856,89
	Empregado/a de Restaurante/Bar	47.720,34	54.573,52
815 — Cuidados de Beleza	Cabeleireiro/a de Senhora	47.720,34	54.573,52
	Cabeleireiro/a de Homem	47.720,34	54.573,52
	Cabeleireiro/a Unissexo	47.720,34	54.573,52
	Manicura-Pedicura	47.720,34	54.573,52
	Assistente de Cuidados de Beleza	47.720,34	54.573,52
840-Serviços de Transporte	Marinheiro/a Maquinista Marítimo/a	46.073,93	52.856,89
850 — Proteção do Ambiente-Programas Transversais	Operador/a de Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Sistemas de Tratamento de Águas	46.930,00	53.749,48
861 — Proteção de Pessoas e Bens	Bombeiro/a	47.720,34	54.573,52

Cofinanciado por:



ANEXO II – Deliberação CIC



Deliberação n.º 2-E/2017

Metodologia de aplicação de custos simplificados no âmbito dos Cursos de Educação e Formação de Jovens

Pela Deliberação n.º 2-H/2016, de 20 de abril, da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020, foi fixada, para cofinanciamento dos Cursos de Educação e Formação de Jovens, previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, republicada pela Portaria n.º 148/2016, de 23 de maio, e alterada pela Portaria n.º 311/2016, de 12 de dezembro, aprovados pelo Programa Operacional Temático Capital Humano e pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, a modalidade de tabela normalizada de custos unitários, nos termos constantes dos artigos 13.º, 13.º-A e 14.º do Despacho n.º 11497/2012, de 24 de agosto, que constitui a 4.ª alteração ao Despacho n.º 18228/2008, de 8 de julho, e da tabela publicada como Anexo I do referido Despacho.

Verificando-se a necessidade de introduzir ajustamentos decorrentes da inserção de novos Cursos de Educação e Formação de Jovens em resultado da referenciação das modalidades ao Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), da alteração de designação de cursos já existentes e da supressão de cursos que entretanto deixaram de ser desenvolvidos no âmbito da Educação e Formação de Jovens, a CIC Portugal 2020 deliberou, por consulta escrita, nos termos e para os efeitos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.ºs 242/2015, de 13 de agosto, 122/2016, de 4 de maio, e 129/2017, de 5 de abril, ao abrigo do artigo 6.º do seu Regulamento Interno, aprovado em anexo à Deliberação n.º 83/2015, de 21 de dezembro, sob proposta da Autoridade de Gestão

1 | 7

Cofinanciado por:





respetiva e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.:

- a) Adotar, para cofinanciamento dos Cursos de Educação e Formação de Jovens, previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, republicada pela Portaria n.º 148/2016, de 23 de maio, e alterada pela Portaria n.º 311/2016, de 12 de dezembro, aprovados pelo Programa Operacional Temático Capital Humano e pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, em substituição da tabela constante como Anexo I da Despacho n.º 11497/2012, de 24 de agosto, que constitui a 4.ª alteração ao Despacho n.º 18228/2008, de 8 de julho, a tabela de custos unitários que constitui anexo à presente deliberação, mantendo as regras de aplicação da metodologia em causa, nos termos constantes dos artigos 13.º, 13.º-A e 14.º do referido Despacho n.º 11497/2012.
- b) A presente deliberação produz efeitos à data da sua assinatura.

CIC Portugal 2020, 9 de maio de 2017

O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

(Despacho n.º 2312/2016, publicado na 2.ª Série do DR de 16 de fevereiro)


Ângelo Nelson
Rosário de Souza
2017.05.11
19:24:43 +01'00'

(Nelson de Souza)

ANEXO

Tabela de custos unitários para os Cursos de Educação e Formação de Jovens

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
213 — Audiovisuais e Produção dos Média	Operador/a Gráfico de Acabamentos	48.709,30	55.604,67
	Operador/a de Fotografia	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Impressão	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Pré-Impressão	47.720,34	54.573,52
215 — Artesanato	Florista	48.709,30	55.604,67
	Canteiro/a	48.709,30	55.604,67
	Oleiro/a	48.709,30	55.604,67
	Calceteiro/a	48.709,30	55.604,67
	Assistente de Ourivesaria	48.709,30	55.604,67
	Artífice de Ferro	48.709,30	55.604,67
	Artífice Tanoeiro	48.709,30	55.604,67
	Tecelão/Tecedeira	48.709,30	55.604,67
341 — Comércio	Operador/a de Distribuição	46.073,93	52.856,89
	Operador/a de Logística	46.073,93	52.856,89
346 — Secretariado e Trabalho Administrativo	Assistente Administrativo/a	46.073,93	52.856,89
481 — Ciências Informáticas	Operador/a de Informática	46.073,93	52.856,89
521 — Metalurgia e Metalomecânica	Desenhador/a de Construções Mecânicas	46.930,00	53.749,48
	Eletromecânico/a de Manutenção Industrial	46.930,00	53.749,48
	Serralheiro/a Civil	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Fundição Injetada	46.930,00	53.749,48
	Fresador/a Mecânico/a	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Máquinas Ferramentas	46.930,00	53.749,48

3 | 7

Cofinanciado por:

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
	Operador/a de Máquinas Ferramenta CNC	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Fundição	46.930,00	53.749,48
	Serralheiro/a Mecânico/a	46.930,00	53.749,48
	Serralheiro/a de Moldes, Cunhos e Cortantes	46.930,00	53.749,48
	Serralheiro/a Mecânico de Manutenção	46.930,00	53.749,48
	Soldador/a	46.930,00	53.749,48
522 — Eletricidade e Energia	Eletricista de Instalações	46.930,00	53.749,48
	Eletromecânico/a de Eletrodomésticos	46.930,00	53.749,48
	Eletromecânico/a de Refrigeração e Climatização- Sistemas Domésticos e Comerciais	46.930,00	53.749,48
	Eletricista de redes	46.930,00	53.749,48
523 — Eletrónica e Automação	Operador/a de Eletrónica/Industrial e Equipamentos	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Eletrónica/Telecomunicações	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Eletrónica/Instrumentação, Controlo e Telemantenção	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Eletrónica/Domótica	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Eletrónica/Computadores	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Instrumentação	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Eletrónica Médica	46.930,00	53.749,48
	Técnico/a de Mecatrónica	46.930,00	53.749,48
	Instalador/a e Reparador/a de Áudio, Rádio, TV e Vídeo	46.930,00	53.749,48

4 | 7

Cofinanciado por:

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
	Instalador/a e Reparador/a de Computadores	46.930,00	53.749,48
525 — Construção e Reparação de Veículos a Motor	Eletricista de Automóveis	46.930,00	53.749,48
	Mecânico/a de Automóveis Ligeiros	46.930,00	53.749,48
	Reparador/a de Moto-ciclos	46.930,00	53.749,48
	Mecânico de Serviços Rápidos	46.930,00	53.749,48
	Mecânico/a de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias	46.930,00	53.749,48
	Pintor/a de Veículos	46.930,00	53.749,48
	Reparador/a de Carroçarias de Automóveis Ligeiros	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Construção e Reparação Naval	46.930,00	53.749,48
	Mecânico de Equipamentos de Movimentação de Terras	46.930,00	53.749,48
541 — Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a- Padeiro/a	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Transformação de Pescado	47.720,34	54.573,52
542 — Indústrias de Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureira/a Modista	47.720,34	54.573,52
	Costureiro/a Industrial de Malhas	47.720,34	54.573,52
	Costureiro/a Industrial de Tecidos	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Tricotagem	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Fiação	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Tecelagem	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Fabrico de Calçado	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Fabrico de Marroquinaria	47.720,34	54.573,52
543 — Materiais (Indústrias de Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário	46.930,00	53.749,48
	Carpinteiro/a/Carpinteiro/a de Limpos	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Granulação e Aglomeração de Cortiça	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Máquinas de Segunda Transformação da Madeira	46.930,00	53.749,48
	Marceneiro/a	46.930,00	53.749,48
	Formista/Moldista	46.930,00	53.749,48
	Pintor/a/Decorador/a	46.930,00	53.749,48

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
	Preparador/a de Cortiça	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Transformação de Cortiça	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Máquinas de Produção de Artigos em Vidro	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Cerâmica	46.930,00	53.749,48
	Vidreiro/Vidreira	46.930,00	53.749,48
	Operador/a Mineiro	46.073,93	52.856,89
544 — Indústrias Extrativas	Operador/a de Salinas Tradicionais	46.073,93	52.856,89
582 — Construção Civil e Engenharia Civil	Pedreiro/a	46.930,00	53.749,48
	Canalizador/a	46.930,00	53.749,48
	Condutor/a Manobrador/a de Equipamentos de Movimentação de Terras	46.073,93	52.856,89
	Operador/a de CAD — Construção Civil	46.930,00	53.749,48
	Ladrilhador/a Azulejador/a	46.930,00	53.749,48
	Pintor/a de Construção Civil	47.720,34	54.573,52
	Condutor/a/Manobrador/a de Equipamento de Elevação	46.073,93	52.856,89
	Operador/a de Máquinas Agrícolas	48.709,30	55.604,67
621 — Produção Agrícola Animal	Operador/a Agrícola	48.709,30	55.604,67
	Operador/a de Pecuária	48.709,30	55.604,67
	Tratador/a de Animais em Cativeiro	48.709,30	55.604,67
	Tratador/a/ Desbastador/a de Equinos	48.709,30	55.604,67
	Operador/a Apícola	48.709,30	55.604,67
	Operador/a de Jardinagem	46.073,93	52.856,89
622 — Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe (Golf Keeper)	46.073,93	52.856,89
623 — Silvicultura e Jardinagem	Operador/a Florestal	46.073,93	52.856,89
	Motosserrista	46.073,93	52.856,89
	Sapador/a Florestal	46.073,93	52.856,89
624 — Pescas	Operador/a Aquícola	46.073,93	52.856,89
729-Saúde-Programas não Classificados Noutra Área de Formação	Operador/a de Hidrobalneoterapia	47.720,34	54.573,52
761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	Acompanhante de Crianças	46.073,93	52.856,89
762-Trabalho Social e Orientação	Agente em Geriatria	46.073,93	52.856,89
	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	46.073,93	52.856,89

Área de Formação	Qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações	Montante Subsídio € (Ano letivo)	
		T2	T3
811 — Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a	47.720,34	54.573,52
	Operador/a de Manutenção Hoteleira	46.073,93	52.856,89
	Empregado/a de Andares	46.073,93	52.856,89
	Empregado/a de Restaurante/Bar	47.720,34	54.573,52
815 — Cuidados de Beleza	Cabeleireiro/a de Senhora	47.720,34	54.573,52
	Cabeleireiro/a de Homem	47.720,34	47.720,34
	Cabeleireiro/a Unissexo	47.720,34	47.720,34
	Manicura-Pedicura	47.720,34	54.573,52
	Assistente de Cuidados de Beleza	47.720,34	54.573,52
840-Serviços de Transporte	Marinheiro/a Maquinista Marítimo/a	46.073,93	52.856,89
830 — Proteção do Ambiente- Programas Transversais	Operador/a de Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos	46.930,00	53.749,48
	Operador/a de Sistemas de Tratamento de Águas	46.930,00	53.749,48
861 — Proteção de Pessoas e Bens	Bombeiro/a	47.720,34	54.573,52

ANEXO III - Critérios de seleção

Eixo	1	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
-------------	---	---

Prioridade de Investimento	10.i)	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação pré-escolar, ensino básico e secundário, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	
Objetivo Específico	1.1.1	Aumentar o sucesso escolar e reduzir o abandono, melhorando a qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação e das condições de aprendizagem ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário	
Indicadores de Resultado	Indicador		Meta 2023
	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2		80%
	Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos vocacionais de nível ISCED2		95%
Indicadores de Realização	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2		44.650

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
Cursos de Educação e Formação de Jovens - CEF	Escolas públicas e privadas que organizem estas ofertas formativas

Critérios de Seleção aplicáveis		Categoria
1.	Níveis de abandono, insucesso e/ou desistência na escola e na região	A
2.	Nível de sucesso escolar (taxa de conclusão) e qualidade das formações realizadas na escola, bem como taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade na oferta de nível secundário	A
3.	Relevância da formação proposta face às necessidades regionais, avaliada nomeadamente pelo número potencial de alunos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação e formação e adequação às saídas profissionais prioritárias	A
4.	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho	C

Cofinanciado por:




5.	Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e região e o apoio à inserção profissional dos diplomados	A
6.	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata	B
7.	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado	B
8.	Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos	B
9.	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho	E

A - Eficácia e impacto em Resultados; **B** - Eficiência, qualidade e inovação; **C** - Complementaridade e sinergias; **D** - Abrangência e transversalidade; **E** - Igualdade de oportunidades e de género

Cofinanciado por:



ANEXO IV - Grelhas de Análise dos Critérios de Seleção



Programa Operacional
Capital Humano

Tipologia de Operação

Cursos de educação e Formação de Jovens (CEF)

Matriz de Análise - Curso / Entidade

Entidade: _____

NIF: _____

Curso: _____

Total

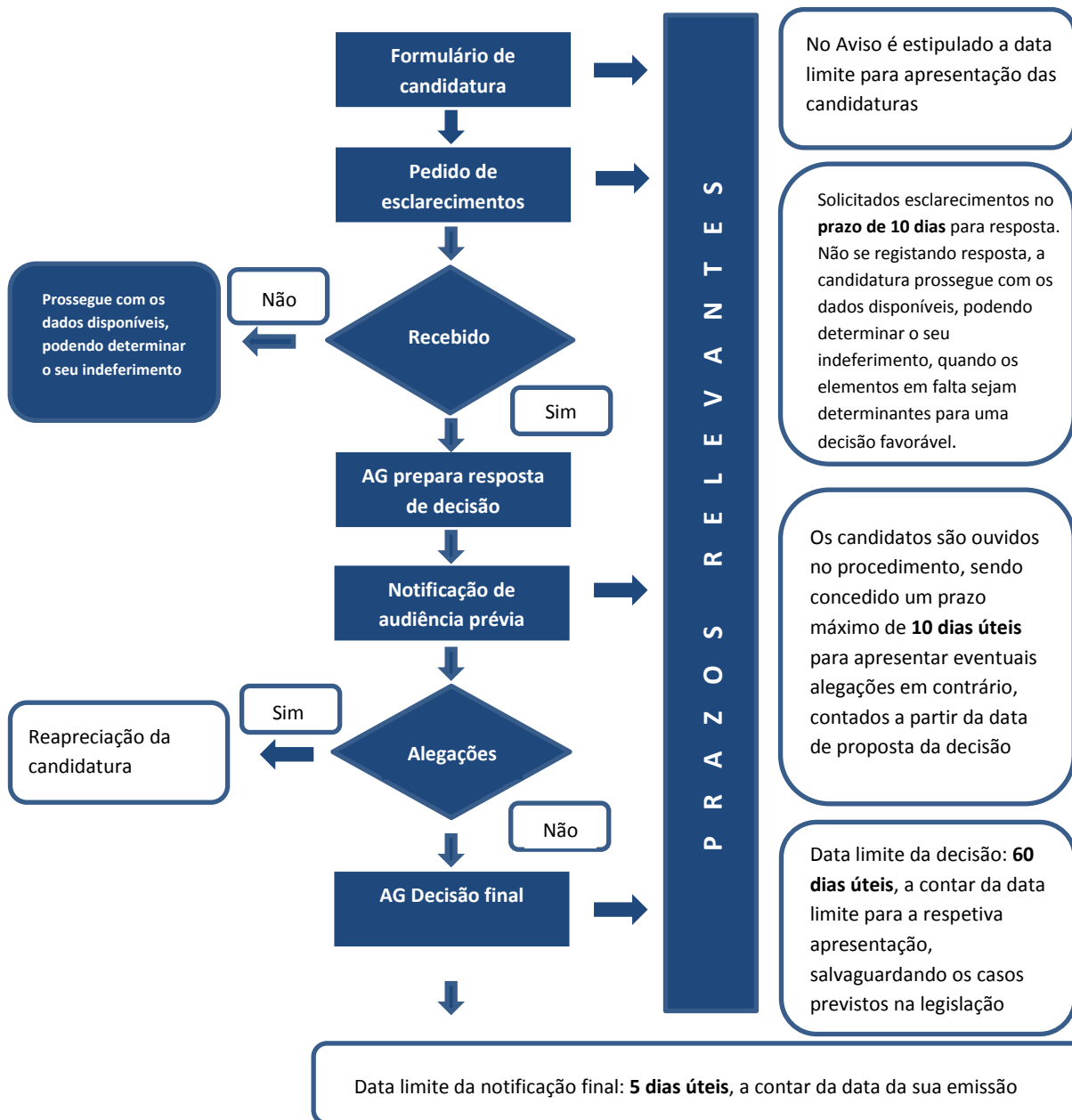
Nº	Critérios de Seleção	Pontuação	Subtotal
1	<p>Níveis de abandono, insucesso e/ou desistência na escola e na região</p> <p>1.1 Taxa de retenção e desistência na escola, no 3.º ciclo do ensino básico, no último ano letivo</p> <p>Elevada (>=20%) 12,00</p> <p>Alta (>=13% e <20%) 8,00</p> <p>Média (>=8% e <13%) 5,00</p> <p>Baixa (<8%) 2,00</p> <p>1.2 Taxa de retenção e desistência na região NUTS III, no 3.º ciclo do ensino básico, no último ano letivo</p> <p>Elevada (>=14%) 8,00</p> <p>Alta (>=12% e <14%) 6,00</p> <p>Média (>=10% e <12%) 4,00</p> <p>Baixa (<10%) 2,00</p>	20,00	
2	<p>Nível de sucesso escolar (taxa de conclusão) e qualidade das formações realizadas na escola, bem como taxas de prosseguimento de estudos</p> <p>2.1 Taxa de Conclusão média na escola, no universo dos alunos que frequentaram ofertas dirigidas à promoção do sucesso educativo no 3º ciclo do ensino básico, no último ano letivo</p> <p>Elevada (<75%) 4,00</p> <p>Alta (>=75% e <90%) 3,00</p> <p>Média (>=90% e <95%) 2,00</p> <p>Baixa (>=95%) 1,00</p> <p>2.2 Taxa de Prosseguimento de Estudos entre os alunos que concluíram ofertas dirigidas à promoção do sucesso educativo no 3.º ciclo</p> <p>Elevada (<=90%) 3,00</p> <p>Alta (>= 90% e <95%) 2,00</p> <p>Média (>= 95% e <99%) 1,00</p> <p>Baixa (>=99%) 0,50</p>	7,00	
3	<p>Relevância da formação proposta, avaliada nomeadamente pelo número potencial de alunos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação</p> <p>Adequação ao público-alvo avaliada em termos da percentagem de alunos com 15 anos ou mais a frequentar o 3.º ciclo, na região NUTS III</p> <p>Elevada (>=13%) 12,00</p> <p>Alta (>=12% e <13%) 8,00</p> <p>Média (>=11% e <12%) 6,00</p> <p>Baixa (<8%) 2,00</p>	12,00	

Cofinanciado por:

4	<p>Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho</p> <p>Elevado Alto Médio Baixo</p>	<p>16,00</p> <p>16,00 12,00 8,00 1,00</p>	
5	<p>Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos</p> <p>Muito adequados Adequados Inexistentes</p>	<p>10,00</p> <p>10,00 7,00 1,00</p>	
6	<p>Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata</p> <p>6.1 Rácio alunos/docentes (ETI)</p> <p>Elevado (≥ 12) Alto (≥ 10 e < 12) Médio (≥ 8 e < 10) Baixo (< 8)</p> <p>6.2 Taxa de execução verificada em anos anteriores</p> <p>Elevada ($\geq 95\%$) Alta ($\geq 90\%$ e $< 95\%$) Média ($\geq 85\%$ e $< 90\%$) Baixa ($< 85\%$)</p>	<p>5,00</p> <p>2,50</p> <p>2,50 2,00 1,50 0,50</p> <p>2,50</p> <p>2,50 2,00 1,50 0,50</p>	
7	<p>Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (compromisso da entidade em termos de resultados contratualizados)</p> <p>7.1 Percentagem de alunos diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível básico (ISCED 2)</p> <p>Elevada ($\geq 88\%$) Alta ($\geq 84\%$ e $< 88\%$) Média ($\geq 80\%$ e $< 84\%$) Baixa ($\leq 80\%$)</p> <p>7.2 Percentagem de pessoas apoiadas que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes ao fim do respetivo curso</p> <p>Elevada ($\geq 70\%$) Alta ($\geq 60\%$ e $< 70\%$) Média ($\geq 50\%$ e $< 60\%$) Baixa ($\leq 50\%$)</p>	<p>20,00</p> <p>10,00</p> <p>10,00 7,00 4,00 2,00</p> <p>10,00</p> <p>10,00 7,00 4,00 2,00</p>	

7	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (compromisso da entidade em termos de resultados contratualizados)		20,00	
	7.1	Percentagem de alunos diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível básico (ISCED 2)	10,00	
		Elevada (>=88%)	10,00	
		Alta (>=84% e <88%)	7,00	
		Média (>80% e <84%)	4,00	
		Baixa (=80%)	2,00	
	7.2	Percentagem de pessoas apoiadas que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes ao fim do respetivo curso	10,00	
		Elevada (>= 70%)	10,00	
		Alta (>=60% e < 70%)	7,00	
		Média (>50% e < 60%)	4,00	
		Baixa (<=50%)	2,00	
8	Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos		5,00	
	8.1	Quantidade e qualidade dos recursos humanos	3,00	
		Muito Adequados	3,00	
		Bastante adequados	2,00	
		Pouco adequados	1,00	
	8.2	Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos	2,00	
		Muito adequados	2,00	
		Bastante adequados	1,00	
		Pouco adequados	0,50	
9	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho		5,00	
		Alto	5,00	
		Médio	3,00	
		Inexistente	1,00	
Total:			100	Total

ANEXO V - Prazos e procedimentos de análise e decisão de Candidaturas



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

Cofinanciado por: